

Trabalho de catadores de materiais recicláveis recebe apoios do governo brasileiro

Há mais de 60 milhões de catadores de materiais recicláveis no mundo, segundo cálculos do Banco Mundial. Em termos econômicos, isso significa um impacto de centenas de milhões de dólares anuais. Com esse trabalho, eles lutam pela sobrevivência e, ao mesmo tempo, ajudam a suprir indústrias. Sua atividade pode reduzir as importações de matérias-primas, possibilitando economia aos países. Com frequência, os materiais coletados são até exportados, gerando divisas. Na Argentina, por exemplo, o plástico utilizado no engarrafamento de refrigerantes é exportado para a China, onde é reciclado e transformado em novos produtos.

Para a indústria do papel, o catador vem desempenhando função importante em seu desenvolvimento durante mais de quatro séculos na América Latina. Em alguns países, como no México, fábricas costumam usar muito material recuperado pelos coletores de papelão para sobreviver no contexto de competição internacional surgido com a abertura econômica. Só a coleta e a reciclagem informal em cinco cidades mexicanas geram mais de US\$21 milhões por ano

Silvana Isabel Francisco

Journalista em Brasília com mestrado em Tecnologias da Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Colaboradora da Revista Novo Olhar, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB).
silvanai@gmail.com

Abstract: *The author presents us the reality of garbage recycling in Brazil as an experience which provides work possibilities and dignity to many people, who otherwise would continue to be outcasts of society.*





e empregam mais de 3.000 pessoas, segundo Martín Medina, pesquisador da área e professor no Colégio de Fronteira Norte, em Tijuana, México.

No Brasil, em 2005, 96,2% de todas as latas de alumínio consumidas no país foram recicladas, segundo a Associação Brasileira de Alumínio (ABAL). Das 132,6 mil toneladas vendidas nesse ano, 127,6 mil toneladas foram reaproveitadas como matéria-prima, grande parte para novas embalagens.

O crescimento das cidades faz com que a fabricação de produtos de consumo cresça e, conseqüentemente, o descarte de materiais também. As indústrias precisam de mais matérias-primas e, dessa maneira, o aumento da atividade econômica e do comércio internacional também amplia a demanda dos materiais recuperados pelos catadores. Seu preço depende de oferta e demanda. Além disso, segundo Roberto Laureano, coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em São Paulo, os recicladores são responsáveis por impactos ambientais positivos, economia dos recursos naturais, além de propiciar auxílio na limpeza pública, promover a educação ambiental e destinação correta de descartáveis. Eles podem ser responsáveis pela economia dos municípios, tornando menor o valor pago para as empresas do serviço





de limpeza e coleta, pois contribuem com a limpeza do espaço e a redução da quantidade dos resíduos. Pode ser um custo menor para as prefeituras, aumentando a vida útil dos aterros.

“Por todos esses motivos, a reciclagem informal tem potencial para ser uma forma de desenvolvimento sustentável”, analisa Medina. “Faz-se necessário um compromisso dos governos no sentido de apoiar os catadores, garantindo-lhes que não sejam explorados nem menosprezados e fornecendo-lhes os serviços sociais essenciais”, analisa.

Leis de Apoio aos Catadores no Brasil

- Em diversos países já se percebem ações nessa direção, com apoio de movimentos dos próprios catadores, Igrejas, universidades, instituições públicas, privadas, Organizações Não Governamentais, empresas e governo. No Brasil, país onde trabalham cerca de um milhão de catadores, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a trajetória do MNCR vem sendo trilhada com o apoio daquelas alianças, conseguindo importantes conquistas. As diretrizes desse Movimento passam pela Coleta Seletiva com inclusão social dos catadores de materiais recicláveis; erradicação dos lixões garantindo infraestrutura de apoio e implantação de coleta seletiva; parceria com o poder público e a sociedade civil com autogestão das organizações de catadores de materiais recicláveis e organização dos catadores de forma auto gestonária nos princípios da Economia Solidária.

Uma das grandes vitórias do MNCR e suas alianças é a do reconhecimento da ocupação “Catadores de Materiais Re-



Filhos de catadores.
© Cáritas Brasileira



cicláveis” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do MTE, desde 2002. Esse documento reconhece, nomeia, codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, tendo importância na integração das políticas públicas daquele ministério, principalmente no que diz respeito aos programas de qualificação profissional, intermediação da mão-de-obra e no controle de sua implementação. Dessa maneira, os catadores também passaram a figurar nas estatísticas oficiais do Brasil no que diz respeito a mercado de trabalho, saúde ocupacional, entre outros.

A constituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis é outro exemplo de formalização de políticas públicas que tem o desafio de contribuir para a inclusão social e econômica dos catadores. Criado por Decreto Federal em 11/09/2003, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério das Cidades. Além deles, em sua composição estão representantes da Casa Civil da Presidência da República; Ministérios da Educação; da Saúde; do Trabalho e Emprego; da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal. O Comitê conta ainda com a participação de membros permanentes de organizações não-governamentais e entidades do setor da reciclagem, como o próprio Movimento dos Catadores de Material Reciclável.

Decreto 5.940/06: órgãos do Governo Federal repassam recicláveis para catadores

Outro grande momento na luta dos catadores foi a criação do Decreto nº 5.960/06, que institui a separação e a destinação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta para associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Os servidores são orientados de maneira a procurar utilizar o papel branco em suas duas faces e, quando já tiver cumprido sua função, depositá-lo em caixas coletoras específicas. Depois, estes e outros materiais recicláveis são recolhidos pelos servidores da limpeza e acondicionados em containeres nas garagens de cada prédio. As cooperativas, com o apoio da Central de Cooperativas do DF (Centcoop-DF), assinaram Termos de Compromisso com os respectivos órgãos para executarem a coleta. Os materiais são recolhidos por meio de caminhões e levados aos galpões ou área de triagem para as fases de seleção, prensa, enfardo e comercialização do material. “A participação dos órgãos tem sido crescente e o impacto dessa coleta tem gerado mudanças econômicas significativas para os catadores”, avalia Francis-

© Cáritas Brasileira



co Nascimento, da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial. “Todo o material gerado a partir do cumprimento do Decreto vem ajudando muito nossas cooperativas, ainda mais agora que a crise está brava e o preços dos recicláveis baixou demais”, confirma Alex Pereira, catador, e um dos diretores da Centcoop.

Em 2008, o Comitê promoveu seminários e oficinas para discutir e avaliar a implementação do Decreto. Foram priorizadas as 12 regiões metropolitanas brasileiras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Resíduos Sólidos e em 2009 a proposta é estender essas oficinas para as demais capitais e regiões metropolitanas.

O Fórum Lixo e Cidadania do Distrito Federal e Entorno, formado por grupos, movimentos, universidades, bancos, instituições de terceiro setor e governamentais, também participou ativamente desse processo. Executou o Projeto “Coleta Seletiva Solidária na Esplanada dos Ministérios”, sob a coordenação da Cáritas Brasileira, em convênio com o MDS, de 2005 a 2007. O objetivo foi capacitar servidores dos ministérios para a separação dos materiais recicláveis nos seus respectivos blocos e destiná-los às organizações de catadores, cumprindo o Decreto. O Fórum também executou a primeira fase do “Projeto de Apoio às Organizações de Catadores do DF e Formosa (GO)”, para formação, capacitação e fortalecimento de seu processo de organização, em 2008. No DF, os catadores estão organizados em 18 cooperativas e associações, agrupando cerca de 3.500 pessoas, o que, somado aos respectivos núcleos familiares, dá um total de 15.000 que vivem por meio dessas organizações. Existem ainda cerca de 10.000 catadores isolados, com 35.000 pessoas, afirma Rute Melo, do Centro de Estudos e Assessoria (CEA), entidade integrante do Fórum Lixo e Cidadania do DF e Entorno.

Programa Vida Limpa, de Diadema (SP) - A Lei 11.107/2007 traz as diretrizes nacionais para a Política Federal de Saneamento Básico e contém dispositivos que apresentam as possibilidades de celebração de convênios com cooperativas de catadores e dispensa de licitação para contratação de suas associações ou cooperativas para o serviço de coleta seletiva. O Programa Vida Limpa, de Diadema (SP), é um dos projetos brasileiros que está cumprindo esta lei. Nele, há catadores remunerados duplamente: pela coleta estabelecida no termo de parceria e paga pela prefeitura e também pela comercialização dos resíduos processados. “Quando eu era catadora avulsa, meu filho catava comigo, hoje, ele só estuda. O Vida Limpa melhorou meu orçamento, minha auto-estima e me deu a oportunidade de exercer a cidadania”, destaca Mônica, que participa do programa há quatro anos.

Diadema é o primeiro município brasileiro a estabelecer a remuneração aos catadores pelos serviços de coleta e limpeza urbana. Atualmente o Programa possui mais de 200 parceiros, divididos entre Públicos e Privados e cerca de 70 Catadores. O modelo de gestão de resíduos sólidos adotado lá se baseia na parceria entre o Poder Público e o conjunto de catadores em grupos associados, representados por uma OSCIP. Há seis postos de coleta, um em cada região da cidade, onde os trabalhadores separam e preparam os materiais coletados para a comercialização. Em 2007, o projeto coletou 1.348,7 toneladas de materiais recicláveis, ou seja, 56,3% a mais do que em 2006 (862,5 ton.). Os catadores realizam as coletas nas residências em dias pré-programado e diferenciado da coleta de lixo comum. As escolas, empresas e órgãos públicos também recebem a visita do programa.



Filhos de catadores.
© Cáritas Brasileira



Em 2007, o governo federal encaminhou ao Congresso uma proposta de Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Projeto de Lei 1991/07 estabelece diretrizes, instrumentos, responsabilidades e proibições para o gerenciamento dos resíduos sólidos no país, levando em conta parte das propostas debatidas ao longo dos anos em seminários regionais e nacionais com diversos segmentos da sociedade civil. Esse projeto aponta para a importância de se instituir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos na qual se criem instrumentos e mecanismos para frear a irresponsabilidade de gestores públicos municipais e ao mesmo tempo responsabilizar fabricantes, importadores, revendedores, comerciantes e distribuidores. “O Projeto de Lei define os tipos de resíduos e a responsabilidade dos grandes geradores e dos consumidores comuns, define também o sistema de logística reversa, no qual o gerador é responsável pelo destino final de seu produto pós-consumo”, analisa Elisabeth Grimberg, coordenadora da área de ambiente urbano do Instituto Pólis e do Fórum Lixo e Cidadania de São Paulo.

O Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos de 2006 do Ministério das Cidades abrange a amostra de 247 municípios, de todos os estados e o Distrito Federal. Segundo esse documento, as unidades de tratamento de resíduos sólidos cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) totalizam 714, sendo 216 delas aterros sanitários (39,4%), aterros controlados (32,4%) ou lixões (28,2%). O destino final da massa coletada por 135 das 216 unidades de disposição em solo, que totaliza 11,7 milhões de toneladas, se dá em maior parte em aterros sanitários (61,4%), seguidos por aterros controlados (25%) e lixões (13,6%).

Há coleta seletiva em 55,9% dos municípios presentes na amostra, em geral sob a forma de coleta porta-a-porta. Já a coleta seletiva não formal — realizada por catadores — está presente em 83% dos municípios. Eles estão organizados em associações e cooperativas em 53% das cidades pesquisadas. A quantidade média de materiais recicláveis recuperados é de 2,8 quilos por habitante urbano, a cada ano, sendo: 44,3%, papel ou papelão; 27,6%, plásticos e 15,3% metais. Vidros representam 9,8% e outros totalizam 2,9%.

Este ano, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou edital, executado em parceria com a Fundação Banco do Brasil e Secretaria Nacional de Economia Solidária, na qual estão previstas a capacitação técnica e gerencial, a assessoria técnica para 30 redes de comercialização, insumos para o funcionamento de 115 cooperativas e associações de ca-

tadores, o monitoramento e a avaliação dos resultados. Também constam do plano de trabalho a estruturação física de 30 redes de comercialização, a aquisição de equipamentos como caminhões, prensas e balanças e o investimento social em ações de mobilização dos catadores. O convênio soma um total de 16,8 milhões para formar 10.380 catadores de 346 organizações, além da organização de seminários estaduais e eventos nacionais. Ao longo de 2009, o Ministério do Trabalho participa com recursos da ordem de R\$ 15 milhões. O investimento social da Fundação Banco do Brasil, no mesmo período, é de cerca R\$ 1,8 milhões. “Esse aporte de recursos vem mostrar que quando a gente quer, a gente pode. A nossa responsabilidade é fazer valer centavo por centavo desse dinheiro, porque foi suado. Vamos mostrar que podem investir nos catadores que nós sabemos fazer valer”, afirma Severino Lima Júnior, representante do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável.



Foto da Cooperativa Superação, Recanto das Emas (DF)
© Cáritas-Brasileira

Uma linha de financiamento especial para investimentos em infra-estrutura e fortalecimento de cooperativas é a que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe. Essa modalidade de crédito é formada por recursos não reembolsáveis do Fundo Social, constituído com parte de seus lucros anuais, para apoio de projetos de caráter social. Essa linha resulta de discussões e negociações do banco com os ministérios do Trabalho e Emprego, Cidades e Desenvolvimento Social. O objetivo é de fortalecer o segmento dos catadores e possibilitar a elevação da renda, a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades ocupacionais nas cooperativas. Outra instituição que também vem apoiando redes de organização dos catadores é a Petrobrás, com R\$ 10 milhões (2007) e R\$ 31 milhões (2008/2010), que iniciou em 2003 os projetos com eles, por meio de seleção pública.

Galpão para reuniões e aulas de alfabetização dos catadores numa das cooperativas do DF
© Cáritas Brasileira

